



INPC de janeiro sobe 0,39% e acumula alta de 4,3% em 12 meses

2025: indústria cresce mais que a média do Brasil em sete estados

Página 4

Governo Federal reajusta repasse da merenda escolar em 14,3% para 2026

Página 6

Centro de Integração da Cidadania na Grande SP faz feira de empregos com cerca de 100 vagas

A Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC), por meio do Centro de Integração da Cidadania (CIC) Ferraz de Vasconcelos, promove um mutirão de emprego com oferta de cerca de 100 vagas para diversos cargos nesta quarta-feira (11), em Ferraz de Vasconcelos, na região metropolitana de São Paulo. A ação tem parceria da Empreza Ferraz PAT e das empresas Trivía Trens S/A, Supermercado Paraná, Semar Supermercados e a Associação Comercial e Industrial de Vasconcelos.

Os interessados devem comparecer com currículo atualizado, RG, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho (física ou digital). (Governo de SP)

Novas regras para vales-alimentação e refeição entram em vigor



Foto: LUCAS RIBEIRO/ESTADÃO

Página 3

Esporte

AKSP Interlagos Trophy disputa 1ª etapa na quinta-feira

Entrando em sua oitava temporada consecutiva, o campeonato de Rental Kart AKSP Interlagos Trophy disputará a sua 1ª de dez etapas na quinta-feira (12), no tradicional Kartódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo (SP), com provas a partir das 21 horas.

O GP Cerveja Paulistânia terá a participação dos atuais campeões, com alguns deles promovidos para categorias superiores. Lúcimara Ido (Mulheres em Ação), Valdo Gregório (Sênior), Allan Félix (Elite), Arthur Filipe (Light), Giovannini Guimaraes (Graduados), os dois últimos em nova categoria, vão atrás de novos títulos.

O campeonato terá cinco categorias: Light, Graduados,

Elite, Sênior e Mulheres em Ação, e será disputado em apenas um turno, com pontos corridos e dois descartes. Não poderá ser descartada a etapa final do campeonato.

A partir da 6ª etapa todas as pontuações desportivas terão peso 1,5 em relação aos pontos das 5 etapas iniciais.

O vencedor de cada categoria, obrigatoriamente deverá par-

ticar da etapa seguinte levando o Lastro do Sucesso, que é a adição de 5 quilos a mais. Caso seja o mesmo vencedor na etapa seguinte, na etapa posterior deverá levar 10 quilos de Lastro do Sucesso.

Caso o piloto persista vencendo, ele continuará levando os mesmos 10 quilos do Lastro do Sucesso. Na primeira prova que o piloto que carrega o Lastro do

Sucesso deixar de vencer, deixará de carregar este lastro adicional na etapa seguinte.

As categorias Graduados e Elite correrão juntas, mas os pilotos terão pódios e pontuações separadas. Os seis primeiros do ano anterior na categoria Graduados, obrigatoriamente sobrem para a categoria Elite em 2026.

Os 10 primeiros da tomada de tempos da bateria dos Graduados e Elite terão suas posições de largada invertidas, com o mais rápido largando da 10ª posição, e o 10º largando da pole position.

Após a primeira volta completa da bateria dos Graduados e Elite, a qualquer momento o piloto terá que fazer uma joker lap, que poderá ser mais curta ou longa do que o traçado utilizado. O pi-



Foto: Divulgação

los novos karts de Interlagos estão proporcionando várias disputas

loto não poderá fazer a joker lap na última volta da corrida.

A modalidade Mulheres em Ação, para pilotos do sexo feminino, sem ou com pouca experiência. As atuais campeãs e vice-

sem ou com pouca experiência. Os seis primeiros da Light em 2025, obrigatoriamente foram promovidos para a categoria Graduados nesta temporada.

Confira o calendário do AKSP Interlagos Trophy:

1º 12 de fevereiro - 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 2º 12 de março - 20h/20h30/21h30/22h/22h30; 3º 16 de abril - 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 4º 21 de maio - 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 5º 18 de junho - 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 6º 16 de julho - 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 7º 13 de agosto - 20h/20h30/21h30/22h/22h30; 8º 10 de setembro - 20h30/21h30/22h/22h30; 9º 8 de outubro - 20h/20h30/21h30/22h/22h30; 10º 17 de dezembro - 20h30/21h30/22h/22h30.

Rio Open anuncia últimos convites e garante mais três brasileiros no torneio

A organização do Rio Open apresentado pela Claro anunciou os últimos convites das chaves de simples do torneio, que acontece entre os dias 14 e 22 de fevereiro, no Jockey Club Brasileiro. Thiago Wild recebeu o terceiro convite para a chave principal, enquanto Thiago Monteiro e Gustavo Heide completam o line-up do quali-

Wild, velho conhecido das quadras do Jockey e atual número 2 do Brasil, está garantido na chave principal e se junta aos compatriotas João Fonseca e João Lucas Reis na busca por um título para o país. O paranaense de 25 anos disputará o Rio Open pela sétima vez e tem como melhor resultado as quartas

de final em 2024. Um dos momentos mais marcantes da história do torneio também leva sua assinatura: a vitória sobre Alejandro Davidovich Fokina, em 2020, na partida mais longa já disputada no evento.

“Muito feliz de mais um ano poder jogar o Rio Open, meu torneio favorito, é uma emoção única. Depois do momento que passei ano passado, uma tem-

porada muito complicada, eu queria deixar meu agradecimento ao Luiz Carvalho, ao Thomaz Costa, ao Ricardo Acioly, a toda a equipe do Rio Open que sempre acreditou em mim, sempre me apoiou. Vai ser uma semana especial pra mim e vou dar meu máximo pelo torneio”, falou Thiago Wild.

No qualifying, o Brasil terá

mais dois representantes em busca de uma das quatro vagas finais na chave principal. Além de Gusto Miguel, primeiro wild-card da fase classificatória, Thiago Monteiro e Gustavo Heide também receberam convites para o qualifying, que será disputado nos dias 14 e 15 de fevereiro.

Monteiro é o brasileiro com

mais jogos e vitórias em simples na história do Rio Open. Aos 31 anos, o canhoto disputará o torneio pela 11ª vez, justamente onde iniciou sua trajetória marcente no circuito. Em 2016, protagonizou uma de suas maiores vitórias ao eliminar o francês Jo-Wilfried Tsonga, então número 9 do mundo. Em 2024, voltou às quartas de final, repetindo a campanha de 2017, quando venceu Dominic Thiem.

“Fico muito feliz com a chance de jogar mais um Rio Open. É um torneio especial para mim, ainda mais agora, depois de um período de recuperação de lesões. Jogar em casa, perto da família e dos amigos, em um evento que marcou a minha carreira, que foi uma virada de chave, é sempre especial. Vou focar no jogo e buscar um bom resultado. Passar o qualitativamente deixa mais confiança para começar bem a chave”, afirmou Monteiro.

Já Heide vai para sua quarta participação no Rio Open. Aos 23 anos, o paulista ocupa atualmente a 253ª posição do ranking da ATP e esteve no qualifying do Australian Open em janeiro. Em alta na reta final de 2025, ele conquistou o

título do Challenger de Flórida-Nápolis após se recuperar de uma lesão nas costas.

“Estava muito intenso jogar o Rio Open, um torneio incrível e jogar no Brasil, na cidade de que eu moro, deixa isso ainda melhor! Podendo jogar em casa faz muita diferença, ainda mais que venho me sentindo super bem em momento. Sem dúvida estou muito motivado e espero que seja uma grande semana para mim, que eu tenha bons resultados e consiga apresentar um bom nível de tênis. Assim temo certeza que conseguirei avançar cada vez mais no torneio”, comentou Heide.

“A definição dos wild cards sempre leva em conta uma combinação de fatores, e o ranking acaba sendo um termômetro im-

portante nesse processo. Buscamos jogadores que estejam em um momento competitivo, com históricos no circuito e condições reais de brigar por bons resultados no torneio. Nunca é uma decisão fácil, porque há muitos atletas merecedores, mas precisamos fazer escolhas técnicas pensando no nível da competição e no bem que vai fazer aos jogadores”, explicou Luiz Carvalho, diretor do Rio Open.

O resgate gratuito de ingressos para o qualifying começa no dia 10 de fevereiro, às 11h, pelo site eventim.com.br/riopenqualifying. Os ingressos são gratuitos, limitados e sujeitos à disponibilidade, com limite de duas entradas por CPF, por dia.

Prefeitura reforça combate ao trabalho infantil e à exploração no Carnaval 2026

Nesta quinta-feira (12), a Prefeitura de São Paulo promove mais uma edição do Grito de Carnaval, ação de enfrentamento ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A mobilização acontece no Centro Histórico, a partir das 10h, com bloco de rua, apresentações culturais e ritmistas, reforçando a importância da denúncia pelos canais 156 e Disque 100.

Com o tema "Diga não ao trabalho infantil e à exploração sexual", o Grito de Carnaval marca o ponto alto da campanha anual Proteja o Futuro, reconhecida por sua relevância na promoção e defesa dos direitos da infância e

adolescência. A iniciativa transforma a folia em espaço de conscientização e engajamento, fortalecendo o papel da sociedade na proteção de crianças e adolescentes.

Ao longo do mês de fevereiro, a campanha promove atividades lúdicas e educativas sobre o direito à infância protegida, envolvendo crianças e adolescentes atendidos pela rede socioassistencial, além das comunidades do entorno dos serviços. A mobilização conta com a participação de usuários dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), Centros da Juventude (CJs), Circuitos Sociais, Centros de Convivência

Intergeracionais (CCIN-TERs) e Vila Reencontro.

Como parte da campanha Proteja o Futuro, as equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) intensificam as ações preventivas de identificação e proteção nos principais pontos de concentração de blocos e eventos carnavalescos. O

trabalho busca identificar situações de trabalho infantil, exploração sexual e outras violações de direitos, com encaminhamento imediato à rede de proteção sempre que necessário.

Durante o Carnaval de 2025, as equipes do SEAS realizaram mais de 2.300 abordagens junto a crianças e adolescentes de 0 a

18 anos, reforçando a atuação permanente do município na garantia de direitos durante o período festivo.

A ação é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMA-DS), Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI) e pela Comissão Muni-

cipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA).

O Grito de Carnaval também conta com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e do Novo Anhangabaú. (Prefeitura de SP)

Fevereiro começa com repasse de R\$ 925,9 mi em ICMS para cidades paulistas

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) deposita, na terça-feira (10), R\$ 925,93 milhões na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o primeiro repasse do mês, arrecadado de 2 a 6 de fevereiro, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ao longo deste segundo mês de 2026, a Sefaz-SP prevê realizar quatro repasses semanais, totalizando mais de R\$ 3,79 bilhões em ICMS para as cidades. Em janeiro, cinco repasses somaram R\$ 3,84 bilhões aos cofres municipais.

Durante o ano de 2025, o Governo Estadual realizou 53 repasses semanais às cidades paulistas, totalizando R\$ 47,43 bilhões do ICMS. Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.



Durante o ano de 2025, o Governo Estadual realizou 53 repasses semanais às cidades paulistas totalizando R\$ 47,43 bilhões do ICMS

tos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990. As consultas dos valores podem ser feitas no site da Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

Repasses de ICMS
Os repasses semanais são fei-

Agenda Tributária
Os valores semanais transfe-

ridos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos

está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

Governo sanciona lei que autoriza fornecimento de protetores auriculares para estudantes com autismo na rede estadual



A iniciativa tem como objetivo reduzir a hipersensibilidade sonora, promover o bem-estar e favorecer o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes com autismo

estudantes. A lei entrou em vigor na terça-feira (10).

A sanção da nova lei integra um conjunto amplo de políticas públicas do Governo de São Paulo voltadas à garantia de direitos, inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Entre as principais iniciativas está a inauguração do Centro TEA Paulista, em junho de 2025, que em pouco mais de sete meses fez mais de 5 mil atendimentos e se tornou referência no atendimento, orientação e apoio às pessoas autistas e suas famílias, com foco no acolhimento, na informação qualificada e na articulação de políticas públicas.

Outra ação estruturante é a ampliação do teleatendimento do Centro TEA Paulista, em janeiro. O serviço passará a funcionar também no período noturno e durante a madrugada, além de operar 24

horas por dia aos finais de semana e feriados, garantindo suporte contínuo às pessoas autistas, seus familiares e cuidadores.

O governo do Estado também sancionou uma lei que assegura a realização de, no mínimo, uma sessão de cinema por mês adaptada ao público autista, com adequações como redução de estímulos sonoros e luminosos, promovendo o acesso à cultura, ao lazer e à convivência social.

Somam-se a essas ações a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIP-TEA), a capacitação de profissionais das áreas da educação e dos serviços públicos, campanhas permanentes de conscientização e outras medidas que reafirmam o compromisso do Estado de São Paulo com a promoção da cidadania, da autonomia e da inclusão das pessoas com deficiência. (Governo de SP)

Rodízio de veículos estará suspenso durante o Carnaval 2026

A Prefeitura de São Paulo irá suspender o rodízio municipal de veículos para os carros na segunda (16), terça (17) e quarta-feira (18), em razão do período de Carnaval. O rodízio para caminhões continuará valendo normalmente todos os dias, assim como a Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões (ZMRC). Já a Zona de Máxima Restrição a Fretados (ZMRF) estará liberalizada nos dias 16 e 17.

Ainda na terça-feira (17), estará liberalizada a circulação de veículos pelos corredores e faixas exclusivas de ônibus. A Zona Azul também estará liberalizada neste dia, com exceção da Zona Azul especial como a existente em parques e nas regiões

do Estádio do Pacaembu e Mercado Municipal.

O Programa Ruas Abertas na Avenida Paulista estará suspenso no domingo (15) e terça-feira (17), por conta da passagem dos blocos de rua nas vias, assim como as Ciclofaixas de Lazer, que não serão ativadas nestes dias. A circulação de veículos no Elevado Presidente João Goulart (Minhocão) estará liberalizada na segunda (16) e quarta-feira (18). No sábado (14), domingo (15) e terça-feira (17), o local funcionará como parque para os pedestres.

Para mais informações de trânsito, ocorrências, reclamações, remoções e sugestões, ligue SP156. (Prefeitura de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com vereadores e vereadoras. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

PREFEITURA (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com Nunes, o vice Mello e secretariado. Só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com deputados e deputadas. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

GOVERNO (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com Tarcisio, o vice Ramuth e secretariado. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

CONGRESSO (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com senadores(as) e deputados(as). É que só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com Lula, o vice Alckmin e ministros(as). É que só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

PARTIDOS (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com dirigentes e filiados nas legendas. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

JUSTIÇAS (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com os julgadores e uma julgadora no Supremo. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo trarão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nessa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar da Honra ao Mérito" da Assembleia (SP)... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Chegai-vos a Deus, e ele se chegará a vós. Limpaí as mãos, pecadores; e, vós de duplo ânimo, purificai o coração". Tiago 4:8

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filiais: Curitiba/PR

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

INPC de janeiro sobe 0,39% e acumula alta de 4,3% em 12 meses

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 0,39% em janeiro, após ter marcado 0,21% em dezembro. Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,3% nos últimos 12 meses, superando o acumulado até dezembro (3,9%).

Os dados foram divulgados na terça-feira (10), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os pesquisadores apuraram que, no mês passado, a inflação dos produtos alimentícios caiu pela metade quando comparada com a de dezembro, passando de 0,28% para 0,14%.

Os itens não alimentícios saltaram de 0,19% em dezembro indo

para 0,47% em janeiro.

O INPC apura o custo de vida para famílias que recebem de um a cinco salários-mínimos. Atualmente, o mínimo é de R\$ 1.621.

O indicador difere do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplio (IPCA), conhecido como inflação oficial, que mede a variação dos preços de uma cesta de consumo das famílias que têm renda até 40 salários-mínimos. O IPCA de janeiro ficou em 0,33%, somando 4,44% em 12 meses.

O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam cerca de 25% do índice, mas que

IPCA (aproximadamente 21%), pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida. Na ótica inversa, por exemplo, o preço de passagem de avião pesa menos no INPC do que no IPCA.

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A pesquisa também é feita em Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju.

O IBGE influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado

para cálculo do reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

O salário-mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro no seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário-mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

O IBGE sustenta que a apuração do INPC "tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento". (Agência Brasil)

Novas regras para vales-alimentação e refeição entram em vigor

As novas regras do sistema de vale-alimentação e vale-refeição entram em vigor na terça-feira (10). Em novembro do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que altera o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) com o objetivo de ampliar a transparência, a concorrência e a integridade no setor.

Agora, a taxa de desconto (MDR) cobrada dos supermercados e restaurantes, pelas operadoras, não pode ultrapassar 3,6%. A tarifa de intercâmbio tem teto de 2%, sendo vedada qualquer cobrança adicional.

Além disso, o repasse do dinheiro aos estabelecimentos deve ocorrer em até 15 dias corridos após a transação. Até então, restaurantes e similares recebiam os valores 30 dias após a transação.

Já estavam em vigor, com a

assinatura do decreto, as regras de proteção, com a proibição de práticas comerciais abusivas, como deságios, descontos, benefícios indiretos, prazos incompatíveis com repasses pré-pagos e vantagens financeiras não relacionadas à alimentação.

A nova regulamentação do PAT já foi questionada na Justiça pelas maiores empresas de vale-alimentação e refeição do país, que obtiveram liminares suspendendo fiscalização ou aplicação de punições. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), "por ora, elas estão protegidas de sanções por descumprimento das regras de taxas e prazos, mas não estão dispensadas das demais obrigações do decreto e do PAT".

"É fundamental que todas as empresas ajustem suas operações para estar em conformidade com o novo normativo, inclusive aquelas

que possuem liminar. As mudanças não suspendem a vigência do decreto como um todo, nem estendem seus efeitos a outras empresas. O decreto está em pleno vigor e deve ser integralmente cumprido. A obrigatoriedade de observância das novas regras, como o teto de taxas e os prazos de liquidação, é imediata para todo o mercado, segundo a pasta.

As mudanças no programa beneficiam mais de 22 milhões de trabalhadores, que terão maior liberdade de escolha e melhor aceitação dos cartões. O decreto também traz equilíbrio para empresas e estabelecimentos, garantindo que os recursos sejam usados exclusivamente para alimentação.

Criado em 1976, o PAT é a política pública mais antiga do MTE e vai completar 50 anos em 2026. O programa conta com 327

mil empresas cadastradas e alcança 22,1 milhões de trabalhadores em todo o país.

Próximas mudanças

Outra mudança entra em vigor a partir de 10 de maio, com a transição do sistema atual, em que o cartão de vale-alimentação ou vale-refeição só pode ser utilizado em estabelecimentos credenciados por uma única operadora, para um novo arranjo, no qual o benefício poderá ser aceito em diferentes maquininhas e estabelecimentos, independentemente da empresa emissora ou da bandeira.

Em novembro, 360 dias após a assinatura do decreto, está prevista a interoperabilidade plena do sistema, quando qualquer cartão PAT deverá ser aceito em qualquer maquininha de pagamento no Brasil. (Agência Brasil)

Inflação oficial de janeiro fica em 0,33% e se mantém dentro da meta

Os preços da conta de luz e da gasolina mediram força em janeiro e fizeram a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. Em janeiro de 2025, o IPCA tinha sido de 0,16%.

Com o resultado, a inflação oficial - medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplio (IPCA) - acumula 4,44% em 12 meses, dentro do limite máximo de tolerância da meta do governo.

A gasolina exerceu a maior pressão de alta, respondendo por 0,10 ponto percentual (p.p.) do índice, enquanto a conta de luz mais barata representou -0,11 p.p.

Os dados foram divulgados na terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

A meta

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%. Desde novembro passado, o IPCA está dentro do limite de tolerância.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no final do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Instituições financeiras ouvidas pelo Boletim Focus, do Banco Central, estimam que o IPCA deve terminar o ano em 3,97%.

O índice

O IPCA apura o custo de vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários-mínimos. Ao todos, são coletados preços de 377 subitens (produtos e serviços).

Influências

Dos nove grupos de produtos e serviços, dois apresentaram recuo no mês.

Combustíveis

O grupo transportes foi o de maior impacto, influenciado pelos combustíveis, que subiram 2,14% no mês em média. A ga-



solina individualmente foi o preço que mais pressionou para cima a inflação, com alta de 2,06%.

A explicação está no aumento do reajuste do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que passou a valer na virada do ano. O tributo é estadual, mas foi reajustado em todo o país.

O IBGE também apurou elevação no etanol (3,44%), óleo diesel (0,52%) e gás veicular (0,20%).

No fim de janeiro, a Petrobras anunciou redução de 5,2% no preço da gasolina.

Para o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, "é preciso aguardar para ver como esse impacto chegará ao consumidor".

Ainda no grupo transportes, o ônibus urbano subiu 5,14% em média. Os pesquisadores calcularam reajustes de tarifas em seis capitais: Fortaleza (20%), São Paulo (6%), Rio de Janeiro (6,38%), Salvador (5,36%), Belo Horizonte (8,70%) e Vitória (4,16%). O IPCA é um índice nacional, mas comportamentos de preço locais exercem influências na média do país.

No sentido contrário, trans-

portes por aplicativo (-17,23%) e passagem aérea (-8,9%) tiveram queda de preços.

Alívio na conta de luz

No grupo habitação, a energia elétrica residencial ficou 2,73% mais barata, representando impacto de -0,11 ponto percentual (p.p.), ou seja, foi o que mais puxou o IPCA para baixo.

A explicação para a conta de

luz mais barata está na bandeira tarifária. Enquanto em dezembro era a amarela, em janeiro vigorou a verde, que não impõe cobrança adicional na fatura. Já na amarela, havia adicional de R\$ 1.885 a cada 100 quilowatt-hora (Kwh) consumidos.

Alimentos O grupo alimentação, maior peso na cesta de consumo das famílias brasileiras, representou um pouco mais de um quinto (21,42%) do orçamento familiar, subiu 0,23% em janeiro. Foi o menor resultado desde 2006 (0,11% na época). Em dezembro de 2025, o grupo tinha subido 0,27%, ou seja, os números apontam que houve desaceleração.

A alimentação no domicílio ficou em 0,10% em janeiro, a menor desde junho de 2024 (0,04% na época).

Em 12 meses, acumula 5,29%.

Espalhamento

O índice de difusão, que mostra o quanto a inflação está espalhada, foi de 64%. Em dezembro havia atingido 60%.

O IBGE colhe o preço de 377 produtos e serviços, os chamados subitens.

OBIGE desagrega o IPCA em dois grupos, o de serviços, que traz os preços que sofrem mais influência do aquecimento ou esfriamento da economia, e de preços monitorados, que costumam ser controlados por contratos e os combustíveis.

O grupo de serviços ficou em 0,10% em janeiro, a menor desde junho de 2024 (0,04% na época).

Em 12 meses, acumula 5,29%.

"Podemos pressões de demanda e fatores de custo", analisa Gonçalves, citando período de férias e aumento de salário-mínimo como fatores que podem ter pressionado a demanda em janeiro.

Os preços monitorados subiram 0,53%, chegarão a 7,48% em 12 meses, o maior desde fevereiro de 2024 (8,6%). Os principais impactos foram gasolina, ônibus e taxas de esgotó.

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - além de Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (Agência Brasil)

Ferramenta promove educação financeira a famílias no CadÚnico

Pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) podem utilizar uma ferramenta educativa que utiliza a linguagem do futebol para promover educação financeira.

De acordo com a Secretaria

de Comunicação Social (Secom)

da Presidência da República, o jogo Bate-Bola Financeiro

propõe uma experiência simples e interativa para ensinar conceitos básicos da organização financeira, controle de gastos,

planejamento e noções voltadas

para pequenos negócios.

"A cada pergunta respondida

corretamente, o time avança em campo até marcar o gol. Em caso de erro, o jogador tem novas chances de aprender e seguir na partida. As fases são divididas em níveis fácil, médio e difícil, permitindo uma aprendizagem gradual", detalhou a pasta em comunicado.

O Bate-Bola Financeiro

pode ser acessado gratuitamente

pelos celulares ou pelo computador, por meio do endereço do programa. Embora o foco sejam famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no CadÚnico, qualquer pessoa pode acessar o jogo. (Agência Brasil)

Brasil capta US\$ 4,5 bi em títulos no mercado internacional

O Tesouro Nacional anunciou na segunda-feira (9) o resultado da primeira emissão de títulos soberanos no mercado internacional em 2026.

A operação, realizada nos Estados Unidos, movimentou US\$ 4,5 bilhões, com a emissão de um novo título de dez anos - o Global 2036 - e a reabertura do título Global 2056, de 30 anos de prazo.

Com vencimento em 22 de maio de 2036, o Global 2036, foi emitido no valor de US\$ 3,5 bilhões, volume recorde para países de dez anos do Tesouro Nacional, com juros de 6,4% ao ano, ou seja, pagando 6,4% ao ano aos investidores. Além disso, há um cupom de 6,25% ao ano a ser pago semestralmente, em maio e em novembro.

O título teve um spread 220 pontos-base (2,2 pontos percentuais) acima do título do Tesouro dos Estados Unidos. Tanto os juros como o spread funcionam como medida de risco dos papéis brasileiros no exterior. Quando mais baixo, menor as chances de o país dar calote na dívida pública em novembro.

O resultado com a menor

taxa de juros e o maior volume de emissão, o Global 2036, obteve juros de 6,2% ao ano. Em relação ao Global 2056, o total captado foi o maior para títulos internacionais de dez anos desde o início das emissões no exterior pelo governo brasileiro.

"Os resultados com alta demanda, alto volume e spreads baixos evidenciam a confiança dos investidores na robustez e atratividade da dívida soberana brasileira, refletindo a percepção favorável do mercado internacional quanto à credibilidade do país", destacou o Tesouro em nota.

A operação foi coordenada pelos bancos HSBC, JP Morgan, Santander e Sumitomo. Os US\$ 4,5 bilhões captados nesta segunda serão incorporados às reservas internacionais do Brasil em 19 de fevereiro. (Agência Brasil)

B3 lança índice de letras financeiras emitidas por grandes bancos do país

A Bolsa de Valores brasileira, a B3, lançou na terça-feira (10) o primeiro índice dedicado ao mercado de letras financeiras, títulos de renda fixa emitidos por bancos.

O novo indicador, de ticker ILFS1, servirá de referência para avaliar e comparar o desempenho da classe de ativos.

"O índice passa a atuar como referência para uma categoria importante dentro do universo de crédito bancário, oferecendo ao mercado uma métrica para acompanhar títulos DI [Déposito Interbancário] mais o spread emitido por bancos", diz Hélio Scheidt, gerente de produtos da B3.

As letras financeiras são títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras.

A finalidade é captar recursos de longo prazo para financiar projetos e oferecer, em contrapartida, rentabilidade mais atrativa aos investidores por conta do tempo do contrato e da impossibilidade de resgate antecipado.

É um investimento que não é coberto pelo FGCI (Fundo Garantidor de Créditos) e que tem incidência de Imposto de Renda sobre os rendimentos.

O lançamento do ILFS1 inaugura um "termômetro específico para instrumentos de captação bancária", diz a B3. O índice se

soma a um conjunto de outros 11 indicadores de renda fixa da B3, que vão desde títulos públicos até debêntures para crédito privado.

Quanto à metodologia, o índice vai considerar tanto a variação de preços quanto os rendimentos gerados pelos ativos ao longo do tempo. A carteira teórica terá prazo médio superior a 720 dias e será rebalanceada mensalmente para reproduzir a quantidade de títulos em estoque.

Para fazer parte da carteira, os títulos devem ser emitidos por instituições do segmento S1 - categoria que contempla grandes bancos, como Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e Caixa Econômica Federal, no sistema financeiro do país.

Os títulos, além disso, devem ter remuneração atrelada ao DI, mais o spread bancário, bem como apresentar um prazo de vencimento igual ou superior a 30 dias corridos.

Caso algum ativo deixe de atender a esse critério ao longo do tempo, ele será excluído da carteira.

Já a ponderação - a fatia que um título detém da carteira teórica - será medida por valor de estoque, um critério que considera a quantidade de papéis depositados na B3. (Folhapress)

Faculdades de medicina têm até sexta para aderir ao Bolsa Permanência

Câmara aprova tramitação em urgência para projeto que quebra de patente do Mounjaro

A Câmara aprovou o requerimento de urgência do PL (projeto de lei) que declara os medicamentos Mounjaro e Zep-bounb como "interesse público", o que permite a quebra de suas patentes para a produção nacional.

O projeto foi aprovado por 337 votos favoráveis e 19 votos contrários. Apenas o Novo orientou a bancada contra o projeto. Para a deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), o texto representa uma "violação direta ao direito de propriedade intelectual". A oposição liberou seis deputados a votarem como quisessem.

O projeto é de autoria do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que considera a medida "uma grande ferramenta de saúde pública". O líder do PDT disse à Folha de S. Paulo que o PL "resolve problemas de uma gama de comorbidades relativas à obesidade".

Os dois remédios têm como princípio ativo a tirzapatiptide e têm sido utilizados para emagrecimento. (Folhapress)

Governo Federal reajusta repasse da merenda escolar em 14,3% para 2026

O Ministério da Educação (MEC) autorizou um novo reajuste no valor do repasse da Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em todo o país. O aumento anunciado é de 14,35% para este ano, com o objetivo de recompor o poder de compra de estados e municípios diante da inflação de alimentos.

Com a atualização, o investimento total no programa chega a R\$ 6,7 bilhões em 2026. Segundo o governo federal, o montante representa aumento de 55% no orçamento da merenda desde 2023 e um salto de 80% em relação ao que era investido há quatro anos. O ministro da Educação, Camilo Santana, destacou que o reajuste será aplicado na primeira parcela do cronograma de pagamentos.

"Estamos saindo de um orçamento de 2022 de R\$ 3,6 bilhões em 2024 para o programa, para esse ano com orçamento de R\$ 6,7 bilhões", destacou o ministro.

Incentivo à agricultura familiar

Além do aporte financeiro, o governo oficializou o aumento da cota mínima para compras da agricultura familiar. Por lei, estados e municípios agora devem destinar obrigatoriamente 45% dos recursos do Pnae para a aquisição de produtos de pequenos produtores e cooperativas locais. Anteriormente, o percentual mínimo era de 30%.

A estimativa do MEC é que aproximadamente R\$ 3 bilhões sejam injetados diretamente na economia rural por meio dessa medida.

O Pnae atende alunos de toda a educação básica — da educação infantil ao ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos (EJA) — matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder público. (Agência Brasil)

Finep pelo Brasil percorre 100 cidades em apoio à pesquisa e inovação

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência de inovação vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) lançaram na terça-feira (10) o Finep pelo Brasil, série de encontros que percorrerá 100 capitais e cidades do interior em todas as regiões do país, até o dia 10 de abril.

O lançamento do programa, na Casa Firjan, no Rio de Janeiro, marca o início do encontro presenciais voltados à divulgação das linhas de crédito, subvenção econômica e demais instrumentos de apoio da finançadora para empresas, cooperativas e instituições científicas e tecnológicas para reduzir as desigualdades regionais.

A Finep apresentou os 13 editais de chamadas públicas que somam R\$ 3,3 bilhões em recursos não reembolsáveis destinados a projetos alinhados à Nova Indústria Brasil (NIB).

São recursos que não precisarão ser devolvidos às instituições concedentes, disponíveis para empresas de todos os portes.

"O objetivo é promover a reindustrialização nacional com foco em sustentabilidade, autonomia tecnológica e diminuição da dependência externa, com geração de empregos e renda para o país", explica a agência.

Os setores estratégicos contemplados incluem cadeias agroindustriais, saúde, infraestrutura, transformação digital, transição energética e defesa nacional. Os itens financeiros são gastos de pessoal, serviços de consultoria, equipamentos e material de consumo, dentre outros.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, disse que o grande de-

As instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas que oferecem cursos de graduação em medicina pelo Programa Mais Médicos têm até as 23 horas e 59 minutos de sexta-feira (13), no horário de Brasília, para aderir ao Programa Bolsa Permanência (PBP-PM), do Ministério da Educação (MEC).

A adesão da instituição deve ser formalizada pelo representante legal da instituição (reitor) ou da mantenedora, diretamente no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP). É preciso ter conta no plataforma Gov.br.

O programa busca reduzir desigualdades sociais ao contribuir para a permanência e a diplomação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos de graduação presenciais e participantes do Mais Médicos.

O auxílio financeiro é de R\$ 700 por mês para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir condições materiais para a conclusão do curso e diminuir a evasão escolar.

Para este ano, o MEC oferece



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

1,5 mil novas bolsas do Programa Bolsa Permanência do Programa Mais Médicos. Para cestas-alimentação, a pasta fará um investimento anual de R\$ 12,6 milhões.

No total, 25% das bolsas são destinadas a estudantes de universidades federais e 75% para bolsistas municipais com maiores índices de vulnerabilidade, com adoção de critérios diferenciados de pontuação e acréscimo de vagas para instituições de ensino superior localizadas na Amazônia Legal e em faixas de fronteira.

campi de 32 instituições de ensino superior públicas.

Cada instituição de ensino terá garantido o mínimo de três bolsas permanência.

O MEC esclarece que a distribuição das bolsas priorizou municípios com maiores índices de vulnerabilidade, com adoção de critérios diferenciados de pontuação e acréscimo de vagas para instituições de ensino superior localizadas na Amazônia Legal e em faixas de fronteira.

Seleção de estudantes
Os candidatos à Bolsa Per-

Denúncias de crimes cibernéticos crescem 28% em 2025, mostra Safernet

As denúncias de crimes cibernéticos voltaram a crescer em todo o país no ano passado. A Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da organização não governamental SaferNet, recebeu 87.689 novas queixas (não repetidas ou únicas) desse tipo de crime, um crescimento de 28,4% em relação a 2024, com 19.403 delações a mais.

A maior parte das denúncias registradas na SaferNet em 2025 estava relacionada a imagens de abuso e de exploração sexual infantil, com um total de 63.214 notificações. Essa é a segunda maior marca de denúncias envolvendo esse tipo de crime na história da SaferNet, superada apenas em 2023, quando foram contabilizadas 71.867 notificações. Para a organização, o uso de Inteligência Artificial tem contribuído para esse aumento de casos.

As denúncias de misoginia, de violência ou discriminação contra mulheres apareceram em segundo lugar no ranking, com 8.728 casos, seguida pelas denúncias de apologia e incitação a crimes contra a vida, com 4.752 denúncias, e de racismo, com

3.220 casos. As denúncias de misoginia foram as que apresentaram o maior crescimento no período, passando de 2.686 para 8.728 casos, aumento de 224,9% no período.

Entre as denúncias recebidas pela central, apenas as relacionadas ao crime de xenofobia apresentaram queda em relação a 2024, passando de 3.449 para 755 casos no ano passado. Já as de tráfico de pessoas se mantiveram em um patamar estável, com 442 casos.

Por outro lado, também cresceram as denúncias de intolerância religiosa, LGBTfobia, neonazismo e de maus tratos com animais.

ou e-mails falsos (212) e relacionados a imagens de abuso e exploração sexual (209).

Os dados estão sendo apresentados pela SaferNet como parte das celebrações do Dia da Internet Segura, organizado pela SaferNet Brasil, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cgi.br), o evento ocorre nesta quarta-feira, (11) na capital paulista. A programação está disponível no site do Dia da Internet Segura.

Denúncias sobre crimes cibernéticos envolvendo, por exemplo, casos de abuso e exploração sexual infantil e crimes de ódio na internet podem ser feitas por meio da Central Nacional de Denúncias da SaferNet Brasil. Para fazer a denúncia, basta copiar e colar no formulário o link da página, grupo, comunidade, canal ou qualquer outro conteúdo suspeito de ser criminoso. A SaferNet informa que a central permite o total anonimato dos denunciantes. (Agência Brasil)

Alelo obtém liminar contra nova regra do vale-alimentação

A empresa de fornecimento de benefícios Alelo obteve na Justiça Federal uma liminar (decisão provisória) contra uma das regras estabelecidas para o vale-alimentação e o vale-refeição. A maior parte das novas normas para o setor entraram em vigor na terça-feira (10).

Com isso, a Alelo se junta à VR Benefícios, Ticket e Pluxee (antiga Sodexo), que também obtiveram liminares isentando-as de cumprir algumas das regras estabelecidas pelo Decreto 12.712, assinado em novembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que modificou as regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Em decisão assinada na terça-feira (10), a juíza Marilaine Almeida Santos, da 4ª Vara Federal de Barueri (SP), deferiu parcialmente o pedido da Alelo e suspendeu a obrigatoriedade da empresa adotar o serviço de pagamento no modelo aberto, que permite

te a utilização de múltiplas bandeiras de cartões de benefício em uma mesma maquininha, como já ocorre com os cartões de crédito, por exemplo.

A magistrada proibiu a administração pública de punir a empresa por não adotar o modelo, que está previsto para entrar em vigor daqui a 90 dias.

A decisão é válida até a Justiça de uma última palavra a respeito da legalidade e da constitucionalidade do modelo aberto em relação ao PAT.

"A modificação do arranjo impõria à autarquia a adoção de complexas medidas de adaptação operacional, tecnológica, contratual e financeira, com potencial impacto relevante e de difícil reversão sobre sua atividade econômica e sobre sua posição concorrencial no mercado", escreveu a juíza.

Para a magistrada, existe a possibilidade de que o decreto tenha indo além dos limites legais

"quando impõe o arranjo obrigatoriamente aberto apenas às facilidades que atendem a mais de quinhentos mil trabalhadores, o que não encontra fundamento jurídico de validade na lei regulamentada, fazendo com que seconfigure a probabilidade do direito".

A juíza manteve, contudo, diversas outras obrigações previstas no decreto e que entraram em vigor nesta terça, como o teto de 3,6% para a taxa cobrada pelas empresas de benefícios e o limite de 15 dias para que as mesmas repassem para os estabelecimentos os valores gastos pelos trabalhadores.

A Alelo disse que não comentaria a decisão, da qual ainda caberá recurso para a Advocacia-Geral da União (AGU).

No processo, a União alegou, entre outros argumentos, que as regras anteriores levaram à consolidação de um "oligopólio com poucas empresas" no país, ou que os quatro maiores operadores

ras - Alelo, VR Benefícios, Ticket e Pluxee (antiga Sodexo) - dominam 80% do faturamento, controlando uma rede fechada de estabelecimentos.

Nenhuma das liminares concedidas suspendem a vigência do decreto sobre o PAT como um todo. Os efeitos das decisões também são restritos a cada empresa. Dessa maneira, a norma segue em pleno vigor e deve ser cumprida pelas demais empresas que atuem no programa.

A obrigatoriedade de observância das novas regras, como o teto de taxas e os prazos de liquidação, é imediata para todo o mercado, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Criado em 1976, o PAT é a política pública mais antiga do MTE e vai completar 50 anos em 2026. O programa conta com 327 mil empresas cadastradas e alcança 22,1 milhões de trabalhadores em todo o país. (Agência Brasil)

STM dá dez dias para Bolsonaro entregar defesa contra perda de patente

O ministro Carlos Vuyk de Aquino, do Superior Tribunal Militar (STM), concedeu na terça-feira (10) prazo de dez dias para que os advogados de Jair Bolsonaro apresentem defesa no processo que pede a expulsão do ex-presidente do Exército, em função da condenação na ação penal do trama golpista.

A apresentação da defesa é o primeiro passo no andamento processual da ação na qual o Ministério Público Militar (MPM)

pediu, no dia 3 de fevereiro deste ano, a perda da patente de Bolsonaro, que é capitão da reserva.

Após receber a manifestação de defesa do ex-presidente, o processo voltará para o gabinete do ministro. Não há prazo para julgamento do caso.

Se a perda da patente for decretada pelo STM, o salário que Bolsonaro receberá será repassado para a esposa ou filhas em forma de pensão.

O benefício é conhecido como "morte ficta" e está previsto

na legislação das Forças Armadas desde 1960.

De acordo com a Constituição, o oficial das Forças Armadas pode ser expulso no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão por conduta criminal.

O ex-presidente foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e três meses de prisão por ter liderado uma trama para semear o medo entre os eleitores de 2022.

Bolsonaro cumpre pena na Papuda, como é conhecida a Sala de Estado Maior do 10º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Além de Bolsonaro, o MPM também pediu a perda da patente dos generais da reserva Augusto Heleiro, Paulo Sérgio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier, que também foram condenados pelo Supremo. (Agência Brasil)